



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO ESPECIAL DE CANIL CENTRAL - SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 36475936/2024-SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF

Processo nº 08200.031013/2023-81

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Serviços Médicos Veterinários, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

PLANILHA GERAL DE SERVIÇOS E QUANTITATIVOS						
ITEM	PROCEDIMENTO/EXAME	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Anestesia - bloqueio anestésico.	14001	unid.	6	194,14	1.164,84
2	Anestesia - geral inalatória.	14001	unid.	60	549,34	32.960,40
3	Anestesia - local infiltrativa.	14001	unid.	6	236,26	1.417,56
4	Anestesia - sedação.	14001	unid.	60	312,31	18.738,60
5	Atestado de saúde/sanitário para viagem.	14001	unid.	12	176,41	2.116,92
6	Auxílio ao parto natural diurno.	14001	unid.	1	529,76	529,76
7	Cateterismo vesical.	14001	unid.	1	137,58	137,58
8	Cesariana.	14001	unid.	1	1.443,95	1.443,95
9	Cistotomia.	14001	unid.	1	1.269,60	1.269,60
10	Consulta clínico geral.	14001	unid.	40	155,77	6.230,80
11	Consulta clínico geral no SECAN.	14001	unid.	6	253,62	1.521,72
12	Consulta emergência.	14001	unid.	2	244,72	489,44
13	Consulta especialista.	14001	unid.	10	284,44	2.844,40
14	Correção de higroma cirúrgico.	14001	unid.	1	1.025,00	1.025,00
15	Curativo simples.	14001	unid.	5	63,00	315,00
16	Diária de internação A / repouso.	14001	unid.	20	291,40	5.828,00
17	Diária de internação B / semi intensiva.	14001	unid.	1	454,91	454,91
18	Diária de internação C / intensiva.	14001	unid.	1	616,58	616,58
19	Drenagem de abscesso e/ou hematoma.	14001	unid.	1	145,00	145,00
20	Ecocardiograma com doppler e laudo.	14001	unid.	1	367,41	367,41
21	Eletrocardiograma com laudo.	14001	unid.	1	232,82	232,82
22	Eutanásia hospitalar com medicação.	14001	unid.	1	420,51	420,51
23	Fluidoterapia hidratante.	14001	unid.	10	133,51	1.335,10
24	Funeral (incineração acima de 20 kg).	14001	unid.	2	647,15	1.294,30
25	Laparotomia exploratória.	14001	unid.	1	1.800,00	1.800,00

26	Lavagem gástrica.	14001	unid.	1	310,00	310,00
27	Lavagem intestinal (enema).	14001	unid.	1	195,00	195,00
28	Limpeza da glândula paranal.	14001	unid.	2	128,00	256,00
29	Medicação endovenosa com aplicação.	14001	unid.	200	63,33	12.666,00
30	Medicação intramuscular com aplicação.	14001	unid.	10	56,67	566,70
31	Medicação subcutânea com aplicação.	14001	unid.	100	48,68	4.868,00
32	Microchip.	14001	unid.	6	186,00	1.116,00
33	Necrópsia com laudo.	14001	unid.	1	1.011,89	1.011,89
34	Orquiectomia eletiva.	14001	unid.	10	851,01	8.510,10
35	Orquiectomia terapêutica.	14001	unid.	2	1.076,67	2.153,34
36	OSH com piometra.	14001	unid.	1	1.616,07	1.616,07
37	OSH eletiva.	14001	unid.	12	1.395,52	16.746,24
38	Otohematoma unilateral cirúrgico.	14001	unid.	1	755,76	755,76
39	Prostatectomia total.	14001	unid.	1	1.740,00	1.740,00
40	Punção de medula óssea.	14001	unid.	3	208,50	625,50
41	Remoção de cisto dermóide.	14001	unid.	3	510,00	1.530,00
42	Remoção de verrugas.	14001	unid.	1	175,00	175,00
43	Remoção dos sacos anais.	14001	unid.	1	1.550,00	1.550,00
44	Sutura de pele simples.	14001	unid.	1	366,17	366,17
45	Torção gástrica com gastrostomia.	14001	unid.	1	1.908,28	1.908,28
46	Torção gástrica com gastropexia.	14001	unid.	1	1.749,03	1.749,03
47	Traqueotomia.	14001	unid.	1	800,00	800,00
48	Vacina giárdia com aplicação.	14001	unid.	100	104,71	10.471,00
49	Vacina polivalente com aplicação.	14001	unid.	100	107,93	10.793,00
50	Vacina Puppy (parvovirose e cinomose).	14001	unid.	20	82,50	1.650,00
51	Vacina raiva com aplicação.	14001	unid.	30	77,97	2.339,10
52	Vacina traqueobronquite com aplicação.	14001	unid.	60	110,75	6.645,00
53	Visita técnica veterinária ao SECAN para monitorar a saúde dos animais (vigilância profilática e clínica) e efetuar registros (conforme especificado no subitem 5.4.4 deste TR).	14001	unid.	24	462,50	11.100,00
54	Endoscopia / colonoscopia em cão de grande porte com laudo.	14001	unid.	1	1.439,33	1.439,33
55	Endoscopia para retirada de corpo estranho.	14001	unid.	1	1.070,00	1.070,00
56	Radiografia de displasia coxofemoral em cão de grande porte com laudo.	14001	unid.	24	290,67	6.976,08
57	Radiografia em cão de grande porte (uma projeção) com laudo.	14001	unid.	24	141,86	3.404,64
58	Radiografia em cão de grande porte (duas projeções) com laudo.	14001	unid.	24	243,63	5.847,12
59	Radiografia em cão de grande porte (três projeções) com laudo.	14001	unid.	2	287,50	575,00

60	Tomografia computadorizada em cão de grande porte com laudo.	14001	unid.	6	1.684,29	10.105,74
61	Ultrassonografia abdominal e pélvica em cão de grande porte com laudo.	14001	unid.	4	269,60	1.078,40
62	Amputação de falange.	14001	unid.	1	638,31	638,31
63	Anestesia epidural - procedimento ortopédico.	14001	unid.	1	403,62	403,62
64	Fisioterapia (sessão).	14001	unid.	10	189,69	1.896,90
65	Imobilização ortopédica com material.	14001	unid.	1	333,88	333,88
66	Ligamento cruzado cranial (TTA).	14001	unid.	1	2.970,46	2.970,46
67	Redução de luxação patelar (graus II e III).	14001	unid.	1	2.218,01	2.218,01
68	Redução de luxação patelar (grau IV).	14001	unid.	2	3.137,50	6.275,00
69	Tratamento cirúrgico da displasia coxofemoral unilateral.	14001	unid.	1	2.375,15	2.375,15
70	Coleta de material para biópsia.	14001	unid.	1	500,00	500,00
71	Exérese de tumor externo simples.	14001	unid.	1	851,68	851,68
72	Mastectomia total bilateral.	14001	unid.	1	1.569,18	1.569,18
73	Mastectomia total unilateral.	14001	unid.	1	1.673,96	1.673,96
74	Cirurgia bucomaxilo.	14001	unid.	1	2.045,75	2.045,75
75	Extração de dente permanente 1 raiz (canino).	14001	unid.	2	474,76	949,52
76	Extração de dente permanente 1 raiz (incisivo).	14001	unid.	2	301,55	603,10
77	Extração de dente permanente 1 raiz (molar).	14001	unid.	2	468,23	936,46
78	Neoplasia de cavidade oral.	14001	unid.	1	598,60	598,60
79	Restauração de dente permanente.	14001	unid.	1	675,00	675,00
80	Tratamento periodontal simples.	14001	unid.	30	788,33	23.649,90
81	Cirurgia de ectrópio.	14001	unid.	1	1.269,82	1.269,82
82	Cirurgia de entrópio.	14001	unid.	1	1.164,17	1.164,17
83	Cirurgia nas vias lacrimais - flushing.	14001	unid.	1	800,00	800,00
84	Ácido úrico.	14001	unid.	1	47,73	47,73
85	Ácidos biliares.	14001	unid.	1	334,43	334,43
86	Albumina.	14001	unid.	1	34,57	34,57
87	ALT/TGP.	14001	unid.	120	37,31	4.477,20
88	Anticorpo anti-tireoglobulina.	14001	unid.	1	140,00	140,00
89	AST/TGO.	14001	unid.	120	34,40	4.128,00
90	Bilirrubina total e frações.	14001	unid.	1	48,68	48,68
91	Biópsia.	14001	unid.	1	217,36	217,36
92	Botulismo.	14001	unid.	1	262,50	262,50
93	Brucelose canina.	14001	unid.	4	156,67	626,68
94	Citologia patológica.	14001	unid.	1	152,41	152,41
95	Citologia vaginal - ciclo estral.	14001	unid.	1	118,75	118,75
96	Citologia vaginal - seriada.	14001	unid.	1	198,00	198,00
97	CK (creatinaquinase).	14001	unid.	1	65,60	65,60

98	Colesterol total.	14001	unid.	1	38,42	38,42
99	Colinesterase plasmática.	14001	unid.	1	53,33	53,33
100	Cortisol basal.	14001	unid.	1	114,55	114,55
101	Creatinina.	14001	unid.	120	44,57	5.348,40
102	Cultura e antibiograma.	14001	unid.	1	165,81	165,81
103	Cultura para fungos com antifungigrama.	14001	unid.	1	146,67	146,67
104	Cultura para fungos.	14001	unid.	1	117,83	117,83
105	Curva glicêmica.	14001	unid.	1	253,91	253,91
106	Digoxina.	14001	unid.	1	85,00	85,00
107	Dirofilaria immitis.	14001	unid.	1	146,87	146,87
108	Doença de Lyme sorologia.	14001	unid.	1	193,33	193,33
109	Erichia + Lyme + Dirofíla + Anaplasma.	14001	unid.	24	253,60	6.086,40
110	Erichia PCR.	14001	unid.	1	180,00	180,00
111	Exame de fezes (coproparasitológico).	14001	unid.	1	58,53	58,53
112	Fosfatase alcalina.	14001	unid.	120	39,01	4.681,20
113	Glicose/glicemia.	14001	unid.	1	37,06	37,06
114	Hemocultura.	14001	unid.	1	130,00	130,00
115	Hemograma completo.	14001	unid.	120	66,53	7.983,60
116	Leishmania (IC+ELISA).	14001	unid.	1	144,00	144,00
117	Leishmania citologia (parasitológico).	14001	unid.	1	165,00	165,00
118	Leishmania PCR.	14001	unid.	1	219,89	219,89
119	Leishmaniose (dilução total) RIFI/ELISA.	14001	unid.	60	153,40	9.204,00
120	Leptospirose.	14001	unid.	1	172,50	172,50
121	Otocoltura com antibiograma.	14001	unid.	1	145,00	145,00
122	Parvovirose - pesquisa de antígeno viral.	14001	unid.	1	130,00	130,00
123	Perfil do carrapato.	14001	unid.	90	283,33	25.499,70
124	Pesquisa de campylobacter.	14001	unid.	1	138,33	138,33
125	Pesquisa de cryptococcus (PCR).	14001	unid.	1	146,67	146,67
126	Pesquisa de cryptosporidium.	14001	unid.	1	140,00	140,00
127	Pesquisa de ectoparasitas em secreção otológica.	14001	unid.	1	73,26	73,26
128	Pesquisa de ectoparasitas.	14001	unid.	1	78,33	78,33
129	Pesquisa de hematozoários.	14001	unid.	120	50,62	6.074,40
130	Pesquisa de malassezia.	14001	unid.	1	98,67	98,67
131	Pesquisa de sarnas e fungos + bacterioscopia (gram).	14001	unid.	2	116,67	233,34
132	Pesquisa de sarnas e fungos.	14001	unid.	2	92,90	185,80
133	Pesquisa de trypanosoma sp (sangue).	14001	unid.	1	75,00	75,00
134	Progesterona.	14001	unid.	4	149,17	596,68
135	Prolactina.	14001	unid.	1	110,00	110,00
136	Proteína C reativa.	14001	unid.	1	146,67	146,67
137	Proteínas totais e fração.	14001	unid.	1	51,01	51,01

138	PTH.	14001	unid.	1	193,33	193,33
139	Raspado de pele.	14001	unid.	3	89,70	269,10
140	T3.	14001	unid.	1	146,96	146,96
141	T4 livre.	14001	unid.	1	143,75	143,75
142	T4 total.	14001	unid.	1	175,13	175,13
143	Teste alérgico - hipossensibilização.	14001	unid.	1	1.150,00	1.150,00
144	Uréia.	14001	unid.	120	41,03	4.923,60
145	Urinálise completa (EAS - químico, físico, sedimentos).	14001	unid.	3	69,43	208,29
146	Urocultura com antibiograma.	14001	unid.	3	147,50	442,50
VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA						361.961,89

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar nº 81/2023 anexo, SEI 36516241.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade habitual e constante relativa à saúde e ao bem estar dos animais de trabalho da PF, cuja interrupção poderá oferecer risco ao bem-estar e saúde dos animais de trabalho da PF, assim como prejudicar o desenvolvimento das atividades do Serviço Especial de Canil Central da Polícia Federal, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando os custos para realização de um procedimento licitatório anual, bem como que a manutenção do equilíbrio financeiro da contratação será prevista no contrato.

1.4. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares nº 81/2023, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000006/2024;

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;

III) Classe/Grupo: 932 - SERVIÇOS DE VETERINÁRIA;

IV) Identificador da Futura Contratação: 200334-12/2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares nº 81/2023, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os serviços a serem contratados deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como, a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental;

4.1.2. Os serviços a serem executados deverão ainda obedecer a todas as normas existentes atinentes ao objeto do Contrato, ou que venham a ser editadas durante a vigência da contratação, mais especificamente as seguintes normas:

4.1.2.1. Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

4.1.2.2. Resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004 - que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde - ANVISA.

4.1.2.3. Resolução RDC Nº 222, de 28 de março de 2018 - que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos de Saúde e e dá outras providências - ANVISA.

4.1.2.4. Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005 - que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.

4.1.2.3. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 - que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

4.1.3. A contratada deverá ainda comprovar o controle de lixo hospitalar mediante a contratação de serviço de coleta de resíduos biológicos e hospitalares.

4.1.3.1. A comprovação do dispositivo acima poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos.

4.1.3.2. A contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências.

Subcontratação:

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: itens de 01 a 53 previstos na Planilha de Serviços constante do subitem 1.1 deste instrumento.

4.2.2. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento) do total de itens previstos na planilha mencionada no subitem anterior.

4.2.3. A subcontratação depende da autorização prévia da Contratante, a quem incube avaliar se a Subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.2.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2.5. A subcontratação não produz relação jurídica direta entre a Contratante e o Subcontratado, não sendo facultado ao Subcontratado demandar contra a Contratante por qualquer questão relativa ao vínculo que mantiver com a Subcontratante.

4.2.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação:

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.3.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.3.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.3.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria:

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução:

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: a partir da emissão e o conhecimento da ordem de serviço.

Local e horário da prestação dos serviços:

5.2. Os serviços serão prestados prioritariamente, nas instalações da empresa contratada, com exceção da visita técnica veterinária, ou ainda, no caso de subcontratação, em outros estabelecimentos de Brasília, com o conhecimento prévio e autorização por parte da Fiscalização, podendo eventualmente ser requisitado o atendimento na sede do SECAN, localizado no SPO, Quadra 07, Lote 23, Brasília/DF, em função de alguma necessidade eventual específica.

5.3. Os serviços considerados regulares serão requisitados preferencialmente entre o horário das 08:00h às 18:00h, de segunda a sexta-feira, podendo, em casos emergenciais, serem requisitados serviços a qualquer hora e em qualquer dia da semana.

5.3.1. Em função do cumprimento do subitem anterior a Contratada deverá disponibilizar um serviço de plantão de 24h durante todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

Rotinas a serem cumpridas:

5.4. A execução contratual observará as rotinas descritas abaixo:

5.4.1. Os serviços serão requisitados pela Fiscalização por Ordem de Serviço, excetuando os casos emergenciais que poderão ser requisitados por outros servidores do SECAN.

5.4.2. Os cães serão levados pelo Contratante até o estabelecimento onde será realizado o procedimento.

5.4.3. A execução dos serviços será fiscalizada por servidor da PF ou seu substituto, lotados no SECAN, devidamente indicados pela Chefia e designados em portaria específica.

5.4.4. As visitas técnicas veterinárias, previstas no item 53 da Planilha de Serviços e Quantitativos tem como objetivo monitorar a saúde do plantel canino, por meio da vigilância sanitária (profilática) e vigilância clínica, bem como, efetuar os devidos registros nos prontuários dos animais.

5.4.4.1. Vigilância Sanitária

a. Visa atuar profilaticamente nas doenças infecciosas mais comuns, notadamente as causadas por vírus, bactérias, ecto e endoparasitas, por meio de vacinas, vermífugos e coleiras sanitárias.

- b. Os cães acima de 06 (seis) meses deverão ser monitorados a cada 04 (quatro) meses por meio de testes sorológicos específicos para as doenças transmitidas por carrapatos (exame perfil do carrapato: ehrlichia IgM + ehrlichia IgG – babesia IgM + babesia IgG) e a cada 06 (seis) meses para a Leishmaniose (RIFI/ELISA).
- c. Os filhotes deverão seguir um protocolo completo de imunização específico proposto pela Contratada para as principais doenças de etiologia viral, bacteriana e protozoária.

5.4.4.2. Vigilância Clínica

- a. Visa manter os cães clinicamente saudáveis para o pronto emprego no programa de detecção do SECAN, por meio da avaliação dos parâmetros vitais, oftalmológicos, otológicos, dentários, dermatológicos e ortopédicos.
- b. Abrange os cuidados necessários às cadelas prenhas da gestação até a parição, de acordo com o cronograma do programa de reprodução do SECAN.
- c. As fêmeas prenhas deverão ser submetidas a exame de ultrassom para o acompanhamento gestacional aos 35 (trinta e cinco) e aos 55 (cinquenta e cinco) dias de gestação.
- d. Além do exame clínico externo realizado em todos os animais durante as visitas técnicas, a cada 03 (três) meses, os animais com idade superior a 120 (cento e vinte) dias deverão ser submetidos a um controle da função renal e hepática, por meio da realização de exames bioquímicos e outros que se fizerem necessários.
- e. Os animais em desenvolvimento deverão ser submetidos a um monitoramento das osteopatias mais comumente encontradas, devendo ser radiografados cotovelos, coluna e quadril aos 12 (doze) e aos 18 (dezoito) meses de idade, para identificação de osteoartroses.
- f. Os achados radiográficos dos animais com 18 (dezoito) meses deverão ser laudados para displasia coxofemoral, displasia de cotovelo e síndrome da cauda equina.
- g. Todas as radiografias deverão ser arquivadas.

5.4.4.3. Registros

- a. As visitas técnicas resultarão em um relatório mensal onde constarão todos os cães examinados, as eventuais alterações encontradas e os procedimentos adotados.
- b. Os relatórios deverão ser apresentados mensalmente à fiscalização, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, ou a qualquer tempo a pedido da Contratante.
- c. Os caninos deverão possuir prontuário individual, no qual deverão ser registrados todos os dados das vigilâncias sanitária e clínica identificados nas visitas técnicas, assim como os procedimentos adotados e seus resultados.

5.4.5. A visita técnica veterinária se circunscreve ao atendimento das vigilâncias sanitária e clínica, bem como dos registros, conforme especificado nos subitens 5.4.4.1, 5.4.4.2 e 5.4.4.3.

5.4.6. Quaisquer outras intercorrências realizadas durante a execução das visitas técnicas serão cobertas por seus respectivos itens específicos previstos na Planilha de Serviços e Quantitativos.

5.4.6.1. Todos os insumos necessários aos atendimentos profiláticos e clínicos serão fornecidos pela Contratante no ato da visita técnica. Os materiais utilizados para a coleta e armazenamento das amostras para os exames como tubos, seringas, agulhas, lâminas e etc serão custodiados pela Contratada. Vacinas, exames sorológicos e outras demandas serão referenciadas de acordo com a Planilha de Serviços.

5.4.7. Todos os procedimentos e laudos deverão ser realizados por profissional especializado, com registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária, e nos casos em que a Contratada não dispuser de profissional qualificado, deverá ser realizado o encaminhamento a um especialista, com o conhecimento prévio e aprovação por parte da Fiscalização e a expensas da Contratada.

5.4.8. As vacinas deverão ser originárias de laboratórios que comercializem exclusivamente para clínicas, consultórios e hospitais veterinários, não sendo admitidas vacinas comerciais.

5.4.9. Os procedimentos considerados emergenciais pela Área de Veterinária do SECAN deverão ter pronto atendimento e prioridade no atendimento sobre outros casos não emergenciais.

5.4.10. Na realização dos procedimentos cirúrgicos e internações deverão ser observadas as seguintes orientações:

5.4.10.1. em todo animal que for submetido a procedimento cirúrgico e anestésico deverão ser realizados os seguintes exames preparatórios: hemograma completo, FA, TGP (ALT), ureia e creatinina, ECG (em animais acima de 05 anos), além de quaisquer outros que sejam considerados necessários;

5.4.10.2. os procedimentos cirúrgicos poderão ser acompanhados pela Área de Veterinária do SECAN e deverão ser realizados por uma equipe mínima formada por um cirurgião, um auxiliar e um anestesta, todos médicos veterinários graduados, especializados em sua respectiva área;

5.4.10.3. o cirurgião deverá explicar previamente a Área de Veterinária do SECAN a técnica a ser realizada no procedimento cirúrgico;

5.4.10.4. em procedimentos anestésicos deverá ser priorizado o uso da anestesia inalatória, salvo os casos em que outros protocolos apresentem maior viabilidade, definidos pela Área de Veterinária do SECAN.

5.4.11. Todos os exames realizados deverão ficar em posse da Área de Veterinária do SECAN nos prontuários individuais dos cães.

5.4.12. Os animais internados somente poderão ser medicados e submetidos à coleta de materiais para exames laboratoriais por profissional graduado em medicina veterinária.

5.4.13. Relatórios de procedimentos cirúrgicos, prognósticos de tratamento e outras intervenções médicas poderão ser solicitadas pela Área de Veterinária a qualquer tempo na vigência do contrato.

Materiais a serem disponibilizados:

5.5. Para execução dos serviços não se faz necessário o fornecimento de material de consumo em favor da Administração.

5.5.1. No entanto, todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução de todos os procedimentos previstos na Planilha de Serviços e Quantitativos constantes do subitem 1.1 deste Termo, serão disponibilizados pela Contratada, quando da realização dos serviços, prioritariamente em suas instalações e, eventualmente, nas instalações do SECAN.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Da Localidade da Contratante e da Contratada

5.6.1.1. A empresa a ser contratada deverá estar localizada num raio de no máximo 10 (dez) km da sede do SECAN, garantindo assim um menor custo de deslocamento por parte do Órgão e uma melhor logística e agilidade no atendimento, notadamente nos casos emergenciais;

5.6.1.1.1. A exigência acima se justifica em razão do potencial prejuízo à manutenção da saúde dos animais na medida que empresas localizadas a grandes distâncias do SECAN dificultaria a logística de atendimento em tempo hábil, com rápido deslocamento, notadamente para os casos emergenciais.

5.6.1.2. O SECAN encontra-se localizado no SPO, Quadra 07, Lote 23, Brasília/DF.

5.6.2. Da Vigência

5.6.2.1. O prazo de vigência do Contrato será de 01 (um) ano, contado da data da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.3. Da Proposta e Julgamento da Proposta

5.6.3.1. As propostas deverão ser apresentadas de acordo com a Planilha de Serviços e Quantitativos, SEI 36475932, reproduzida no subitem 1.1 deste Termo.

5.6.3.2. No julgamento das propostas será adotado o critério de menor valor global, não sendo admitido que os valores unitários dos itens ultrapassem os valores unitários máximos estimados na Planilha supramencionada.

5.6.4. Do Valor Contratual Estimado

5.6.4.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 361.961,89 (trezentos e sessenta e um mil, novecentos e sessenta e um reais e oitenta e nove centavos).

5.6.5. Das Características dos Cães da PF

5.6.5.1. Os cães adultos da PF são animais de grande porte, com peso variando entre 25 (vinte e cinco) kg e 40 (quarenta) kg.

5.6.5.2. Os cães filhotes da PF são animais de grande porte, com peso variável em função da idade.

5.6.6. Das condições Gerais

5.6.6.1. Os serviços deverão atender as normas do Conselho Federal de Medicina Veterinária, assim como, dos demais órgãos regulamentares.

5.6.6.2. Os serviços serão requisitados pela Fiscalização por Ordem de Serviço, excetuando os casos emergenciais, os quais as Ordens de Serviço poderão ser elaboradas posteriormente.

5.6.6.3. Os procedimentos considerados regulares serão requisitados preferencialmente entre o horário das 08:00h às 18:00h, de segunda a sexta-feira, podendo, em casos emergenciais, serem requisitados serviços a qualquer hora e em qualquer dia da semana.

5.6.6.3.1. Em função do cumprimento do subitem anterior a Contratada deverá disponibilizar um serviço de plantão de 24h (vinte e quatro horas) durante todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos, feriados e pontos facultativos;

5.6.6.4. Os serviços serão prestados, prioritariamente, nas instalações da empresa contratada, com exceção das visitas técnicas veterinárias, ou ainda, no caso de subcontratação, em outros estabelecimentos de Brasília, com o conhecimento prévio e autorização por parte da Fiscalização, podendo eventualmente ser requisitado o atendimento na sede do SECAN, localizado no SPO, Quadra 07, Lote 23, Brasília/DF, em função de alguma necessidade eventual específica.

5.6.6.5. Para realização dos serviços os cães serão levados pelo Contratante até o estabelecimento onde será realizado o procedimento.

Especificação da garantia do serviço:

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato:

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Órgão ou Entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Órgão ou Entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto:

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. Não se faz necessária a manutenção do preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização:

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica:

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#)).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#)).

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#)).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa:

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato:

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo SEI 36475945.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento:

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato

para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação:

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.16.1. o prazo de validade;

7.16.2. a data da emissão;

7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5. o valor a pagar; e

7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento:

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento:

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento

oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito:

7.30. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.30.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.31. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.32. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.33. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.34. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por preço unitário, visto que a execução se dará por itens determinados, cujos valores unitários serão previamente definidos no procedimento licitatório.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade de Medicina Veterinária expedido pela Vigilância Sanitária nos termos da Instrução Normativa nº 33, de 10 de agosto de 2022.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#).

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de

inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples.

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)).

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.29. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.30. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Medicina Veterinária em plena validade.

8.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1.1. comprovação de experiência mínima de 01 (um) ano na prestação de serviços veterinários, sendo aceitos o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade desse 01 (um) ano ser

ininterrupto, conforme item 10.7.1. do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#).

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.

8.32.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#).

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 361.961,89 (trezentos e sessenta e um mil, novecentos e sessenta e um reais, e oitenta e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na Planilha de Serviços e Quantitativos constante do subitem 1.1 deste instrumento.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Fonte de Recursos: 1025000000;

II) Pré Empenho: PE 2024PE000006;

III) Elemento de Despesa: 339039;

IV) Plano Interno: PF99L00OD24.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. ACESSO À INFORMAÇÃO

11.1. Não se visualiza a necessidade de classificação deste instrumento nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

12. RESPONSÁVEIS

12.1. Marcelo Azem - Responsável pela demanda;

12.2. Wagner Jin - Responsável Técnico.

13. ANEXOS

13.1. ANEXO I - Instrumento de Medição de Resultado - SEI 36475945;

13.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar - SEI 36516241.



Documento assinado eletronicamente por **WAGNER JIN**, **Agente de Polícia Federal**, em 08/08/2024, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=36475936&crc=3E0F0F02](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=36475936&crc=3E0F0F02).

Código verificador: **36475936** e Código CRC: **3E0F0F02**.